

3.dezembro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Ramada – Odivelas

António Boa-Nova (Presidente), Susana Santos, Elsa Mota e Jorge Mota

Recebidos por: Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD, que presidiu à reunião) e Diana Ferreira (PCP).

Assunto: Pessoal auxiliar da escola e deficiências das instalações.

Exposição: A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) deu as boas vindas à delegação e referiu que o Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar tinha informado que as faltas de pessoal auxiliar, a nível nacional, já estavam resolvidas.

O Presidente da Associação agradeceu a audiência e informou que o gabinete do Ministro da Educação e Ciência e a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares não responderam às comunicações que lhe fizeram no início do ano letivo a propósito da falta de pessoal.

Referiu depois que o ano letivo se iniciou com falta de pessoal docente, tendo valorizado o pedido de desculpas apresentado pelo Ministro, bem como de pessoal auxiliar. Em relação ao segundo, referiu que a escola, em agosto, nos termos habituais, pediu ao centro de emprego a colocação do pessoal auxiliar de que precisava, mas não houve resposta e as colocações só vieram a ser feitas no início de novembro, realçando que atualmente ainda faltavam 2 pessoas.

Realçou que para suprir as faltas desse pessoal, os professores e os funcionários da escola tiveram de trabalhar mais horas diariamente, o que devia ser reconhecido e objeto de agradecimento. Informou ainda que a escola tem 52 turmas e cerca de 28 alunos por turma.

Em segundo lugar, abordou as deficiências das instalações da escola, referindo que a mesma tem 35 anos, está muito degradada, tem variadas infiltrações, possui 4 pavilhões e o telheiro principal com placas de fibrocimento, não dispõe de uma única sala disponível (estando todas ocupadas) e nunca teve obras de fundo, contrastando com as escolas do concelho que foram objeto de intervenção pela Parque Escolar. Informou que já foram enviados orçamentos para o Ministério tendo em vista a realização de obras, mas ainda não houve sequência.

Informou depois que não obstante esta situação, é a escola do concelho de Odivelas com melhores resultados e tem uma grande lista de alunos que não conseguiram vaga na mesma. Reiterou os agradecimentos devidos aos docentes e aos funcionários e realçou que o conselho diretivo tem tido um grande desempenho.

Por último, alertou para a dependência do Centro de Emprego em relação ao pessoal auxiliar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Interveio depois a Deputada Diana Ferreira (PCP), realçando que há outras escolas com ausência ou escassez de pessoal e questionando se o número de pessoas colocadas, mais as 2 em falta, são suficientes para as necessidades. Perguntou depois qual o número de funcionários da escola e de alunos com necessidades especiais, bem como o número de técnicos e professores para estes.

Informou que o PCP, no âmbito da apreciação do Orçamento do Estado para 2015, apresentou propostas para vinculação de docentes e funcionários, as quais foram rejeitadas pela maioria. Manifestou discordância quanto ao aproveitamento de desempregados para desempenharem funções auxiliares nas escolas, referindo que os mesmos são explorados, sendo-lhe pagas remunerações irrisórias. Defendeu ainda que se verifica uma política de desmantelamento da escola pública.

Mencionou depois que o PCP questionará o Ministro da Educação e Ciência sobre as instalações e as obras de restauro a realizar e bem assim sobre a média de alunos por turma. Realçou que é a dedicação dos profissionais da escola pública que tem permitido mantê-la e indicou que o PCP tem vindo a propor a extinção da Parque Escolar e a passagem da propriedade das escolas por ela intervencionadas para o Estado, o que tem sido rejeitado pela maioria.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) referiu que o PSD defende que deve haver transição de poderes para as autarquias locais e para uma maior autonomia das escolas. Pediu depois indicação do número de funcionários e turmas e questionou se esteve prevista alguma intervenção da Parque Escolar na escola.

Na sequência do debate verificado e das questões colocadas, os representantes da Associação de Pais referiram que a escola tem 29 funcionários, o que está de acordo com o rácio legalmente fixado, mas tendo em conta o número de alunos e a tipologia da escola, os pais desejavam um número superior.

Indicaram que ainda não chove nas salas de aula, mas as mesmas têm infiltrações, os WCs estão muito degradados, os arruamentos internos da escola têm muitos buracos e a escola está sinalizada como tendo espaços com placas de fibrocimento, com amianto. Informaram depois que a escola esteve referenciada para ser intervencionada pela Parque Escolar, mas num 2.º momento houve prioridade para outras 3 escolas do concelho, que foram intervencionadas.

Referiram ainda que a escola antecipou as questões dos alunos com necessidades educativas especiais e tem um psicólogo e um técnico com 40h por semana. Esclareceram que 50% do pessoal auxiliar está com contrato de inserção, sendo desempregados, que recebem um valor muito diminuto e por outro lado todos os anos estão a fazer formação de novos trabalhadores. Nesta sequência, defenderam que as necessidades permanentes deveriam ser resolvidas com trabalhadores efetivos.

Por último, pediram um debate profundo, com toda a comunidade educativa, sobre a municipalização da Educação. A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) manifestou concordância com o princípio da aceitação e participação de toda a comunidade Educativa neste processo de descentralização de competências para as autarquias e escolas mas



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

recusou a ideia de que se pretendia uma Municipalização da Educação. O que se pretende é uma cooperação entre os vários agentes no sentido de garantir pela proximidade uma melhor resposta aos problemas.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão, na Internet.](#)

Palácio de São Bento, 3 de dezembro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes